

Conferência Europeia do Tabaco e Saúde

Governo tem que ter a coragem de implementar uma política antitabágica de estabelecimentos 100% sem fumo

A APHORT chama a atenção para a situação dos profissionais de restauração que continuam, em certos casos, a ser alvo de exposição involuntária ao fumo, não devendo estes ser tratados como “cidadãos de segunda”.

No âmbito da sétima edição da Conferência Europeia do Tabaco e Saúde, que está a decorrer no Porto até amanhã, a APHORT – Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo mostra a sua preocupação relativamente ao facto de Portugal não ter sido ainda capaz de implementar uma política de estabelecimentos 100% sem fumo, já em vigor no resto da Europa.

“O regime transitório de exceção atualmente em vigor não faz qualquer sentido, pelo que alertamos para a urgência de haver uma consciência e uma coragem política para pôr fim a esta situação”, afirma Rodrigo Pinto Barros, presidente da APHORT, que não compreende a passividade até agora demonstrada pelos últimos Governos face ao caso dos profissionais que trabalham no setor da restauração. **“Estes profissionais continuam, em muitas situações, a ser alvo de exposição ao fumo de forma involuntária, pelo que é urgente assegurar o direito que estes têm de ver a sua saúde preservada. O Estado não pode continuar a tratar estas pessoas como cidadãos de segunda”,** defende.

Perante as declarações ontem proferidas pelo ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que apontou o tabaco como “um dos maiores flagelos que atingiu a saúde pública desde o início do século passado”, revelando que em Portugal cerca de 30 pessoas morrem por dia devido ao consumo de tabaco, a APHORT considera que é altura do Governo passar das palavras aos atos e implementar, de forma clara e inequívoca, a política antitabágica que, à semelhança do que se passa no resto da Europa, é aplicada a todos os estabelecimentos comerciais.